



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
17 de janeiro
de 2022

Criação Oficial

MPMA e Sebrae firmam parceria em ação

O **Ministério Público** do Maranhão firmou, na última quinta-feira, 13, uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para participar do TransformAgora Ciclo III. A ação, promovida pelo Sebrae Maranhão, tem a proposta de promover momentos de diálogos com empresas e instituições, abordando as temáticas do empreendedorismo, integridade, compras públicas e setores produtivos.

A confirmação da parceria aconteceu durante reunião do diretor-superintendente do Sebrae no Maranhão, Albertino Leal, com o assessor especial do procurador-geral de justiça do **MPMA**, Marco Aurélio Batista Barros, na sede do Sebrae em São Luís. O terceiro ciclo do TransformAgora, que traz como temática a importância da ética e da integridade no ambiente empresarial, percorrerá sete municípios do Maranhão (Imperatriz, Açailândia, Balsas, São Luís, Bacabal, Pinheiro e Timon), em formato de painel.

A ação será realizada durante o mês de fevereiro. Na reunião, o diretor-superintendente Albertino Leal, apresentou o objetivo do Sebrae com a realização do TransformAgora e o entendimento da importância de levar a temática a estes territórios do Maranhão, como forma atuação proativa no estímulo da prática do compliance, conscientizando atores públicos e privados e incentivando ainda mais a formação de um ambiente legal favorável aos pequenos negócios.

"Para o **Ministério Público**, participar do terceiro ciclo do Projeto TransformAgora, com o Sebrae/MA, juntamente com os demais parceiros, será uma oportunidade ímpar para fomentar, no interior do Estado, a cultura da ética empresarial, expondo e discutindo com lideranças políticas e empresariais locais, de diversas cidades, as vantagens e a necessidade, inclusive de mercado, de as empresas maranhenses implantarem seus Programas de Integridade, indicando, ainda, os meios disponíveis para tal mister, a baixo custo", afirmou Marco Aurélio Barros.

O **Ministério Público** do Maranhão já é parceiro do Sebrae no fomento de um ambiente de negócios favorável para as micro e pequenas empresas (MPEs) por meio do Projeto "Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção", lançado em junho de 2021. A iniciativa orienta as MPEs na construção do seu próprio Programa de Integridade, visando à prevenção da corrupção e à valorização de condutas éticas nas relações com o Poder Público, com o setor

privado e com os clientes em geral.

A ideia também permite a construção de um ambiente empresarial saudável, valorizando a livre concorrência e incentivando uma competição corporativa mais justa e a minimização dos riscos de as empresas sofrerem sanções pelo Poder Público pelo não cumprimento de leis e normas

Fonte: CCOM-**MPMA** com informações do Sebrae/MA

Site: <https://destaquedomaranhao.com/noticia/12510-mpma-e-sebrae-firmam-parceria-em-acao>

Presidente da Câmara de Santa Inês é investigado por abastecer carros sem licitação

Wallace Braga

O presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, está na mira do **Ministério Público** por gasto de dinheiro público ao abastecer veículos sem licitação.

O presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, está na mira do **Ministério Público** por gasto de dinheiro público ao abastecer veículos sem licitação.

Segundo as informações, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da cidade, Larissa Sócrates Bastos, instaurou um inquérito com base em uma Representação que relatava gastos com combustível sem a realização do devido procedimento licitatório para o abastecimento de veículos particulares para o deslocamento dos parlamentares ao funeral de Luís Carlos Pereira Siqueira na cidade de Itapecuru-Mirim.

Segundo as informações, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da cidade, Larissa Sócrates Bastos, instaurou um inquérito com base em uma Representação que relatava gastos com combustível sem a realização do devido procedimento licitatório para o abastecimento de veículos particulares para o deslocamento dos parlamentares ao funeral de Luís Carlos Pereira Siqueira na cidade de Itapecuru-Mirim.

O autor da denúncia citou um vídeo de sessão legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, publicado no Facebook, em que o presidente da Casa fala do gasto, indicando que foi realizado apenas após consulta ao setor de contabilidade.

O autor da denúncia citou um vídeo de sessão legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, publicado no Facebook, em que o presidente da Casa fala do gasto, indicando que foi realizado apenas após consulta ao setor de contabilidade.

Além dessa investigação, tramita na Promotoria de Santa Inês outro inquérito para apurar irregularidades decorrentes da ausência de informações no Portal da

Transparência do Legislativo.

Além dessa investigação, tramita na Promotoria de Santa Inês outro inquérito para apurar irregularidades decorrentes da ausência de informações no Portal da Transparência do Legislativo.

O presidente da Câmara foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

O presidente da Câmara foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

A promotora também solicitou à Comissão Permanente de Licitação da Câmara a cópia do procedimento administrativo (licitação ou dispensa de licitação) referente à compra de combustível para o abastecimento de veículos para o deslocamento de parlamentares ao funeral devidamente acompanhado dos seguintes documentos: ordens de empenho, notas de liquidação, ordens de fornecimento ou serviço, designação do fiscal do contrato, designação do ordenador de despesas, designação do responsável pela contabilidade, comprovação de entrega do material ou prestação efetiva do serviço, nota fiscal ou documento do respectivo crédito, ordens de pagamento, comprovantes das condições de habilitação e qualificação a cada pagamento, e comprovante de transferência bancária.

A promotora também solicitou à Comissão Permanente de Licitação da Câmara a cópia do procedimento administrativo (licitação ou dispensa de licitação) referente à compra de combustível para o abastecimento de veículos para o deslocamento de parlamentares ao funeral devidamente acompanhado dos seguintes documentos: ordens de empenho, notas de liquidação, ordens de fornecimento ou serviço, designação do fiscal do contrato, designação do ordenador de despesas, designação do responsável pela contabilidade, comprovação de entrega do material ou prestação efetiva do serviço, nota fiscal ou documento do respectivo crédito, ordens de pagamento, comprovantes das condições de habilitação e qualificação a cada pagamento, e comprovante de transferência bancária.

Josino Catarino terá que enviar, ainda, a cópia da relação de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês ou postos à sua disposição, e especifique quantos foram abastecidos, esclarecendo acerca de cada um deles o seguinte: modelo, placa, propriedade; capacidade do tanque de combustível e respectivo tipo de combustível (gasolina, etanol, diesel, etc.).

Josino Catarino terá que enviar, ainda, a cópia da relação de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês ou postos à sua disposição, e especifique quantos foram abastecidos, esclarecendo acerca de cada um deles o seguinte: modelo, placa, propriedade; capacidade do tanque de combustível e respectivo tipo de combustível (gasolina, etanol, diesel, etc.).

Site: <https://maranhaodeverdade.com.br/presidente-da-camara-de-santa-ines-e-investigado-por-abastecer-carros-sem-licitacao/>

MP emite recomendação para o retorno às aulas durante pandemia em Imperatriz

Lucas Aquino

O **Ministério Público** do Maranhão (**MP-MA**) emitiu uma recomendação, orientando as instituições de ensino privado de Imperatriz, a adotarem medidas de segurança para evitar o contágio durante a pandemia.

O documento orienta que sejam observados os decretos municipais sobre a possibilidade de escolher entre o ensino híbrido ou remoto, sendo a escolha dos pais ou responsáveis, exceto em casos comprovados que não há a possibilidade.

As orientações são destinadas a todas as instituições privadas de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior do Município de Imperatriz. Os estabelecimentos de ensino têm cinco dias úteis para informarem sobre as providências adotadas.

A Recomendação foi motivada por conta do recebimento de informações de que as escolas e faculdades não estariam adotando as medidas estabelecidas nos decretos municipais.

Leia abaixo, a recomendação na íntegra .

Diante dos fatos, o **MPMA** recomenda às instituições privadas de ensino a adotarem a obrigatoriedade do uso de máscara, distanciamento mínimo e proibição de eventos que possam gerar aglomeração enquanto perdurar a pandemia.

As escolas e faculdades também devem garantir o acesso dos interessados ao ensino remoto ou ao modelo híbrido, mesmo após o retorno das aulas presenciais. A escolha caberá, em cada caso, aos pais ou aos responsáveis, ressalvados os casos de comprovada impossibilidade.

As escolas e faculdades devem planejar o rodízio de alunos, realizar treinamento específico sobre as medidas de prevenção e combate à Covid-19 para os colaboradores, dentre outros. As instituições de ensino superior também devem oferecer o sistema presencial somente para alunos comprovadamente vacinados.

"No Boletim Epidemiológico de 14 de janeiro, Imperatriz está com 56,67% dos leitos de UTI ocupados e 72,22% da capacidade de leitos clínicos, todos exclusivos para Covid-19. O Maranhão

ultrapassou a marca de 370 mil casos de infecção pela Covid-19, dos quais mais 10 mil vieram a óbito. Se faz mais que necessário adotar medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", ressaltam os promotores de justiça Thiago Costa Pires e Newton Bello Neto.

Site: <https://imperatriz.online/2022/01/17/mp-emite-recomendacao-para-o-retorno-as-aulas-durante-pandemia-em-imperatriz/>

PRESIDENTE DA CÂMARA DE SANTA INÊS É INVESTIGADO POR ABASTECER CARROS SEM LICITAÇÃO

Leandro de Sá

Menu

O presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, está na mira do **Ministério Público** por gasto de dinheiro público ao abastecer veículos sem licitação.

Segundo as informações, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da cidade, Larissa Sócrates Bastos, instaurou um inquérito com base em uma Representação que relatava gastos com combustível sem a realização do devido procedimento licitatório para o abastecimento de veículos particulares para o deslocamento dos parlamentares ao funeral de Luís Carlos Pereira Siqueira na cidade de Itapecuru-Mirim.

O autor da denúncia citou um vídeo de sessão legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, publicado no Facebook, em que o presidente da Casa fala do gasto, indicando que foi realizado apenas após consulta ao setor de contabilidade.

Além dessa investigação, tramita na Promotoria de Santa Inês outro inquérito para apurar irregularidades decorrentes da ausência de informações no Portal da Transparência do Legislativo.

O presidente da Câmara foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

A promotora também solicitou à Comissão Permanente de Licitação da Câmara a cópia do procedimento administrativo (licitação ou dispensa de licitação) referente à compra de combustível para o abastecimento de veículos para o deslocamento de parlamentares ao funeral devidamente acompanhado dos seguintes documentos: ordens de empenho, notas de liquidação, ordens de fornecimento ou serviço, designação do fiscal do contrato, designação do ordenador de despesas, designação do responsável pela contabilidade, comprovação de entrega do material ou prestação efetiva do serviço, nota fiscal ou documento do respectivo crédito, ordens de pagamento, comprovantes das condições de

habilitação e qualificação a cada pagamento, e comprovante de transferência bancária.

Josino Catarino terá que enviar, ainda, a cópia da relação de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês ou postos à sua disposição, e especifique quantos foram abastecidos, esclarecendo acerca de cada um deles o seguinte: modelo, placa, propriedade; capacidade do tanque de combustível e respectivo tipo de combustível (gasolina, etanol, diesel, etc.).

O chefe do Legislativo tem 10 dias para se manifestar.

Fonte: Neto Ferreira

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Youtube Instagram

Direitos Autorais © 2022 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Personalizado por: JOERI

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/presidnete-da-camara-de-santa-ines-e-investigado-por-abastecer-carros-sem-licitacao/>

Ministério Público e Sebrae firmam parceria em ação

Leonardo

O **Ministério Público** do Maranhão firmou, na última quinta-feira, 13, uma parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para participar do TransformAgora Ciclo III. A ação, promovida pelo Sebrae Maranhão, tem a proposta de promover momentos de diálogos com empresas e instituições, abordando as temáticas do empreendedorismo, integridade, compras públicas e setores produtivos

A confirmação da parceria aconteceu durante reunião do diretor-superintendente do Sebrae no Maranhão, Albertino Leal, com o assessor especial do procurador-geral de justiça do **MPMA**, Marco Aurélio Batista Barros, na sede do Sebrae em São Luís.

O terceiro ciclo do TransformAgora, que traz como temática a importância da ética e da integridade no ambiente empresarial, percorrerá sete municípios do Maranhão (Imperatriz, Açailândia, Balsas, São Luís, Bacabal, Pinheiro e Timon), em formato de painel. A ação será realizada durante o mês de fevereiro.

Na reunião, o diretor-superintendente Albertino Leal, apresentou o objetivo do Sebrae com a realização do TransformAgora e o entendimento da importância de levar a temática a estes territórios do Maranhão, como forma atuação proativa no estímulo da prática do compliance, conscientizando atores públicos e privados e incentivando ainda mais a formação de um ambiente legal favorável aos pequenos negócios.

"Para o **Ministério Público**, participar do terceiro ciclo do Projeto TransformAgora, com o Sebrae/MA, juntamente com os demais parceiros, será uma oportunidade ímpar para fomentar, no interior do Estado, a cultura da ética empresarial, expondo e discutindo com lideranças políticas e empresariais locais, de diversas cidades, as vantagens e a necessidade, inclusive de mercado, de as empresas maranhenses implantarem seus Programas de Integridade, indicando, ainda, os meios disponíveis para tal mister, a baixo custo", afirmou Marco Aurélio Barros.

ÉTICA E INTEGRIDADE

O **Ministério Público** do Maranhão já é parceiro do

Sebrae no fomento de um ambiente de negócios favorável para as micro e pequenas empresas (MPEs) por meio do Projeto "Ética e Integridade Empresarial na Prevenção da Corrupção", lançado em junho de 2021.

A iniciativa orienta as MPEs na construção do seu próprio Programa de Integridade, visando à prevenção da corrupção e à valorização de condutas éticas nas relações com o Poder Público, com o setor privado e com os clientes em geral. A ideia também permite a construção de um ambiente empresarial saudável, valorizando a livre concorrência e incentivando uma competição corporativa mais justa e a minimização dos riscos de as empresas sofrerem sanções pelo Poder Público pelo não cumprimento de leis e normas.

Redação: CCOM-**MPMA** com informações do Sebrae/MA

Site: <https://blogdoleonardoalves.com.br/ministerio-publico-e-sebrae-firmam-parceria-em-acao/>

Em Imperatriz, MP-MA expede Recomendação sobre segurança para o retorno do ano letivo

O **Ministério Público** do Maranhão expediu Recomendação na última sexta-feira (14), orientando às instituições de ensino privado a adotarem medidas de segurança como prevenção ao contágio do vírus da covid-19 e suas variantes, Delta e Ômicron.

O documento ministerial orienta que sejam observados os decretos municipais no que se refere à possibilidade de escolha entre o ensino remoto ou híbrido, sendo a escolha dos pais ou responsáveis, ressalvados os casos de comprovada impossibilidade.

A Recomendação Conjunta é assinada pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde de Imperatriz, Thiago de Oliveira Costa Pires, e pelo **promotor de Justiça** Newton de Barros Bello Neto, atualmente respondendo pela 9ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação.

As orientações são destinadas a todas as instituições privadas de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior do município de Imperatriz. Os estabelecimentos de ensino têm cinco dias úteis para informarem sobre as providências adotadas.

A Recomendação foi motivada por causa do recebimento de informações de que as escolas e as faculdades não estariam adotando as medidas estabelecidas nos decretos municipais. De acordo com os decretos, as escolas devem ofertar a modalidade de sistema híbrido, de maneira a autorizar o retorno das atividades de ensino em sistema remoto ou híbrido, oferecendo aos pais a possibilidade de escolha.

Os representantes do **Ministério Público** ressaltam a necessidade de adoção de medidas sanitárias nas escolas e nas faculdades por causa do aumento de internações e óbitos por infecção de covid-19 e suas variantes, Delta e Ômicron.

Recomendação

Diante dos fatos, o **MP-MA** recomenda às instituições privadas de ensino a adotarem a obrigatoriedade do uso de máscara, distanciamento mínimo e proibição de eventos que possam provocar aglomeração

enquanto perdurar a pandemia.

As escolas e faculdades também devem garantir o acesso dos interessados ao ensino remoto ou ao modelo híbrido, mesmo após o retorno das aulas presenciais. A escolha caberá, em cada caso, aos pais ou aos responsáveis, ressalvados os casos de comprovada impossibilidade.

As escolas e as faculdades devem planejar o rodízio de alunos, realizar treinamento específico sobre as medidas de prevenção e combate à covid-19 para os colaboradores, dentre outros. As instituições de ensino superior também devem oferecer o sistema presencial somente para alunos comprovadamente vacinados.

"No Boletim Epidemiológico de 14 de janeiro, Imperatriz está com 56,67% dos leitos de UTI ocupados e 72,22% da capacidade de leitos clínicos, todos exclusivos para covid-19. O Maranhão ultrapassou a marca de 370 mil casos de infecção pela covid-19, dos quais mais 10 mil vieram a óbito. Se faz mais que necessário adotar medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", ressaltam os promotores de Justiça Thiago Costa Pires e Newton Bello Neto.

(Informações do **MP-MA**)

Site: <http://www.blogdomarcial.com/2022/01/em-imperatriz-mp-ma-expede-recomendacao.html>

Crédito Consignado pelo Bradesco em São José de Ribamar é alvo de Inquérito Civil do MP (Irregularidades)

O **Ministério Público** do Maranhão instaurou Inquérito Civil Público para apurar 'suposto' ato irregular da Prefeitura de São José de Ribamar, comandada por Dr Julinho, que, desobedecendo determinação do Banco Central, substituiu o Banco do Brasil pelo Banco Bradesco para efetivação de empréstimos consignados para servidores públicos municipais.

Desde o ano passado que o Bradesco, por mais de R\$ 6,25 milhões, passou a controlar a folha de pagamento do município, além da concessão de Crédito Consignado em Folha dos 3.826 servidores públicos. Deste total 1.948 são concursados, 1.430 comissionados, 286 contratados, 143 aposentados e 19 pensionistas.

O documento de procedimento preparatório de inquérito, assinado pelo **promotor de Justiça** Márcio José Bezerra Cruz, pede coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para posterior instauração da ação civil e/ou penal - ou quem sabe até o arquivamento, conforme dados investigados - sobre a troca de instituição financeira sem autorização do BC pela Prefeitura de São José de Ribamar.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site:

<https://luiscardoso.com.br/irregularidades/2022/01/credito-consignado-pelo-bradesco-em-sao-jose-de-ribamar-e-alvo-de-inquerito-civil-do-mp/>

Presidente da Câmara de Santa Inês é investigado por abastecer carros sem licitação

O presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, está na mira do **Ministério Público** por gasto de dinheiro público ao abastecer veículos sem licitação.

Segundo as informações, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da cidade, Larissa Sócrates Bastos, instaurou um inquérito com base em uma Representação que relatava gastos com combustível sem a realização do devido procedimento licitatório para o abastecimento de veículos particulares para o deslocamento dos parlamentares ao funeral de Luís Carlos Pereira Siqueira na cidade de Itapecuru-Mirim.

O autor da denúncia citou um vídeo de sessão legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, publicado no Facebook, em que o presidente da Casa fala do gasto, indicando que foi realizado apenas após consulta ao setor de contabilidade.

Além dessa investigação, tramita na Promotoria de Santa Inês outro inquérito para apurar irregularidades decorrentes da ausência de informações no Portal da Transparência do Legislativo.

O presidente da Câmara foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

A promotora também solicitou à Comissão Permanente de Licitação da Câmara a cópia do procedimento administrativo (licitação ou dispensa de licitação) referente à compra de combustível para o abastecimento de veículos para o deslocamento de parlamentares ao funeral devidamente acompanhado dos seguintes documentos: ordens de empenho, notas de liquidação, ordens de fornecimento ou serviço, designação do fiscal do contrato, designação do ordenador de despesas, designação do responsável pela contabilidade, comprovação de entrega do material ou prestação efetiva do serviço, nota fiscal ou documento do respectivo crédito, ordens de pagamento, comprovantes das condições de habilitação e qualificação a cada pagamento, e comprovante de transferência bancária.

Josino Catarino terá que enviar, ainda, a cópia da

relação de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês ou postos à sua disposição, e especifique quantos foram abastecidos, esclarecendo acerca de cada um deles o seguinte: modelo, placa, propriedade; capacidade do tanque de combustível e respectivo tipo de combustível (gasolina, etanol, diesel, etc.).

O chefe do Legislativo tem 10 dias para se manifestar.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<https://www.netoferreira.com.br/poder/2022/01/presidente-da-camara-de-santa-ines-e-investigado-por-abastecer-carros-sem-licitacao/>

Presidente da Câmara de Santa Inês é investigado por abastecer carros sem licitação

Blog do Neto Webba

O presidente da Câmara Municipal de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, está na mira do **Ministério Público** por gasto de dinheiro público ao abastecer veículos sem licitação.

Segundo as informações, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da cidade, Larissa Sócrates Bastos, instaurou um inquérito com base em uma Representação que relatava gastos com combustível sem a realização do devido procedimento licitatório para o abastecimento de veículos particulares para o deslocamento dos parlamentares ao funeral de Luís Carlos Pereira Siqueira na cidade de Itapecuru-Mirim.

O autor da denúncia citou um vídeo de sessão legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, publicado no Facebook, em que o presidente da Casa fala do gasto, indicando que foi realizado apenas após consulta ao setor de contabilidade.

Além dessa investigação, tramita na Promotoria de Santa Inês outro inquérito para apurar irregularidades decorrentes da ausência de informações no Portal da Transparência do Legislativo.

O presidente da Câmara foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

A promotora também solicitou à Comissão Permanente de Licitação da Câmara a cópia do procedimento administrativo (licitação ou dispensa de licitação) referente à compra de combustível para o abastecimento de veículos para o deslocamento de parlamentares ao funeral devidamente acompanhado dos seguintes documentos: ordens de empenho, notas de liquidação, ordens de fornecimento ou serviço, designação do fiscal do contrato, designação do ordenador de despesas, designação do responsável pela contabilidade, comprovação de entrega do material ou prestação efetiva do serviço, nota fiscal ou documento do respectivo crédito, ordens de pagamento, comprovantes das condições de habilitação e qualificação a cada pagamento, e comprovante de transferência bancária.

Josino Catarino terá que enviar, ainda, a cópia da relação de veículos de propriedade da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês ou postos à sua disposição, e especifique quantos foram abastecidos, esclarecendo acerca de cada um deles o seguinte: modelo, placa, propriedade; capacidade do tanque de combustível e respectivo tipo de combustível (gasolina, etanol, diesel, etc.).

O chefe do Legislativo tem 10 dias para se manifestar.

Via Neto Ferreira

Site: <https://www.netoweba.com.br/2022/01/presidente-da-camara-de-santa-ines-e.html>

Delegada e investigador da Polícia Civil são presos em São Luís (São Luís)

Redação

Uma delegada identificada como Sarah Bomfim e um investigador da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), que não foi identificado, foram presos, nesta segunda-feira (17), suspeitos de favorecerem um esquema criminoso de jogos de azar em bairros de São Luís.

Os mandados de prisão foram expedidos e cumpridos pela Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

Em nota, a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP-MA) informou que a operação segue em sigilo para tentar identificar outros suspeitos. Sarah Bomfim é delegada titular do 13º Distrito do bairro Cohatrac, na capital maranhense.

Site: <https://enquantoissoanmaranhao.com.br/delegada-e-investigador-da-policia-civil-sao-presos-em-sao-luis/>

Delegada e investigador da Polícia Civil são presos por suspeita de envolvimento em esquema de jogos de azar no MA

Por g1 MA - São Luís, MA

A delegada Sarah Bomfim e um investigador da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), que não foi identificado, foram presos, nesta segunda-feira (17), suspeitos de favorecerem um esquema criminoso de jogos de azar em bairros de São Luís.

Os mandados de prisão foram expedidos e cumpridos pela Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). O g1 entrou em contato com a Polícia Civil para obter mais informações sobre a operação, mas a corporação ainda não havia se manifestado até a publicação desta reportagem.

Em nota, a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP-MA) informou que a operação segue em sigilo para tentar identificar outros suspeitos.

Sarah Bomfim é delegada titular do 13º Distrito do bairro Cohatrac, na capital maranhense.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/01/17/delegada-e-investigador-da-policia-civil-sao-presos-por-suspeita-de-envolvimento-em-esquema-de-jogos-de-azar-no-ma.ghtml>

Delegada e investigador da Polícia Civil são presos suspeitos de favorecer exploração ilegal de jogos de azar em São Luís

SÃO LUÍS - A delegada Sarah Bomfim e um investigador da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), que não teve o nome revelado, foram presos preventivamente na tarde desta segunda-feira (17), suspeitos de favorecerem um esquema criminoso de exploração ilegal de jogos de azar em diversos bairros de São Luís.

De acordo com informações da Polícia Civil, os mandados de busca, apreensão e prisão temporária da delegada Sarah Bomfim e do investigador foram expedidos pela Vara da Central de Inquéritos da Comarca de São Luís e cumpridos pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

A Secretaria de **Segurança Pública** (SSP), por sua vez, informou que a operação continua em sigilo para tentar identificar outros suspeitos de participação no esquema criminoso.

Sarah Bomfim é delegada titular do 13º Distrito, localizado no bairro Cohatrac, em São Luís.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2022/01/17/delegada-e-investigador-da-policia-civil-sao-presos-suspeitos-de-favorecer-exploracao-ilegal-de-jogos-de-azar-em-sao-luis.shtml>

Casal de mulheres relata caso de homofobia em bar da Litorânea

Um casal de mulheres relatou, na última quarta-feira (12), ter sofrido uma situação de **homofobia** por um funcionário do Bar Brisa do Mar, localizado na Av. Litorânea, em São Luís. O desabafo foi feito nas redes sociais da jovem Ranalee Sampaio, que disse ter sido impedida de demonstrar afeto pela namorada por ser um "bar familiar", segundo um empregado.

"Chegamos, fomos atendidas por um funcionário e estava tudo normal. Eu estava demonstrando carinho pela minha namorada, nós demos um selinho apenas, e até que, cinco minutos depois, o funcionário que nos atendeu chega dizendo que era um 'bar familiar', e que se a gente não pudesse demonstrar nada.", contou Ranalee ao Portal Guará.

A jovem diz que não sabe se o pedido do funcionário teria vindo da reclamação de algum cliente ou do próprio estabelecimento, mas notou olhares incomuns direcionados a elas. "Ele pediu para a gente parar caso quisesse ficar ali e, logo em seguida, pedi as contas e fui embora. (.) A gente, com desconforto e tensão horrível. Ele chegou falando 'não acho que é preconceito', mas logo após tentou barrar nossa demonstração, sendo que foi só um selinho", relatou a jovem. Após a denúncia repercutir nas redes sociais, o Bar Brisa do Mar trancou a conta no Instagram.

Procurado pela reportagem, o estabelecimento afirmou, por meio de um dos proprietários: "a palavra **homofobia** é muito forte e as pessoas estão acusando a empresa dessa forma, sem ao menos saber o que de fato aconteceu, (.) sendo que ela mesma te falou que 'foi apenas um selinho' e eu te questionei, tu achas mesmo que foi apenas um selinho?". Contudo, questionado sobre o que havia acontecido, o responsável pelo local se recusou a emitir um posicionamento oficial.

De acordo com o advogado da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB, Igor Farias, o comportamento do funcionário da empresa configura ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, e a redução da discriminação contra a população LGBTQIA+ na sociedade deve se pautar na vedação de práticas discriminatórias e na punição jurídica para pessoas que cometem o preconceito. A comissão já entrou em contato com as vítimas e pretende enviar ofício ao bar pedindo esclarecimentos.

"Ir em um espaço público de mãos dadas, trocar beijos e abraços em um restaurante ou em um bar é bem comum e incentivado pela sociedade quando se trata de casais heterossexuais. Porém, quando o assunto se refere a casais homoafetivos, a realidade se mostra completamente diferente. (.) É extremamente comum nos depararmos com flagrantes tratamentos discriminatórios e LGBTfóbicos diante de demonstração de sentimentos entre casais LGBTs", explicou o advogado.

Política de Privacidade

Site: <https://portalguara.com/casal-de-mulheres-relata-caso-de-homofobia-em-bar-da-litoranea/>

Casal de mulheres relata caso de homofobia em bar da Litorânea

Giovana Kury

Um casal de mulheres relatou, na última quarta-feira (12), ter sofrido uma situação de **homofobia** por um funcionário do Bar Brisa do Mar, localizado na Av. Litorânea, em São Luís. O desabafo foi feito nas redes sociais da jovem Ranalee Sampaio, que disse ter sido impedida de demonstrar afeto pela namorada por ser um "bar familiar", segundo um empregado.

"Chegamos, fomos atendidas por um funcionário e estava tudo normal. Eu estava demonstrando carinho pela minha namorada, nós demos um selinho apenas, e até que, cinco minutos depois, o funcionário que nos atendeu chega dizendo que era um 'bar familiar', e que se a gente não pudesse demonstrar nada.", contou Ranalee ao Portal Guará.

A jovem diz que não sabe se o pedido do funcionário teria vindo da reclamação de algum cliente ou do próprio estabelecimento, mas notou olhares incomuns direcionados a elas. "Ele pediu para a gente parar caso quisesse ficar ali e, logo em seguida, pedi as contas e fui embora. (.) A gente, com desconforto e tensão horrível. Ele chegou falando 'não acho que é preconceito', mas logo após tentou barrar nossa demonstração, sendo que foi só um selinho", relatou a jovem. Após a denúncia repercutir nas redes sociais, o Bar Brisa do Mar trancou a conta no Instagram.

Procurado pela reportagem, o estabelecimento afirmou, por meio de um dos proprietários: "a palavra **homofobia** é muito forte e as pessoas estão acusando a empresa dessa forma, sem ao menos saber o que de fato aconteceu, (.) sendo que ela mesma te falou que 'foi apenas um selinho' e eu te questionei, tu achas mesmo que foi apenas um selinho?". Contudo, questionado sobre o que havia acontecido, o responsável pelo local se recusou a emitir um posicionamento oficial.

De acordo com o advogado da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB, Igor Farias, o comportamento do funcionário da empresa configura ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, e a redução da discriminação contra a população LGBTQIA+ na sociedade deve se pautar na vedação de práticas discriminatórias e na punição jurídica para pessoas que cometem o preconceito. A comissão já entrou em contato com as vítimas e pretende enviar

ofício ao bar pedindo esclarecimentos.

"Ir em um espaço público de mãos dadas, trocar beijos e abraços em um restaurante ou em um bar é bem comum e incentivado pela sociedade quando se trata de casais heterossexuais. Porém, quando o assunto se refere a casais homoafetivos, a realidade se mostra completamente diferente. (.) É extremamente comum nos depararmos com flagrantes tratamentos discriminatórios e LGBTfóbicos diante de demonstração de sentimentos entre casais LGBTs", explicou o advogado.

Site: <https://portalguara.com/casal-de-mulheres-relata-caso-de-homofobia-em-bar-da-litoranea/>

Delegada e investigador da polícia civil são presos por envolvimento com jogos de azar em São Luís

Alpanir Mesquita

A delegada Sarah Bomfim e um investigador da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), que não foi identificado, foram presos, nesta segunda-feira (17), suspeitos de favorecerem um esquema criminoso de jogos de azar em bairros de São Luís.

Os mandados de prisão foram expedidos e cumpridos pela Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). O g1 entrou em contato com a Polícia Civil para obter mais informações sobre a operação, mas a corporação ainda não havia se manifestado até a publicação desta reportagem.

Em nota, a Secretaria de **Segurança Pública** do Maranhão (SSP-MA) informou que a operação segue em sigilo para tentar identificar outros suspeitos. Sarah Bomfim é delegada titular do 13º Distrito do bairro Cohatrac, na capital maranhense.

Do G1 MA.

Site:

<https://alpanirmesquita.blogspot.com/2022/01/delegada-e-investigador-da-policia.html>

Delegada e investigador da Polícia Civil são presos suspeitos de favorecer exploração ilegal de jogos de azar em São Luís

SÃO LUÍS - A delegada Sarah Bomfim e um investigador da Polícia Civil do Maranhão (PC-MA), que não teve o nome revelado, foram presos preventivamente na tarde desta segunda-feira (17), suspeitos de favorecerem um esquema criminoso de exploração ilegal de jogos de azar em diversos bairros de São Luís.

De acordo com informações da Polícia Civil, os mandados de busca, apreensão e prisão temporária da delegada Sarah Bomfim e do investigador foram expedidos pela Vara da Central de Inquiridos da Comarca de São Luís e cumpridos pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor).

A Secretaria de **Segurança Pública** (SSP), por sua vez, informou que a operação continua em sigilo para tentar identificar outros suspeitos de participação no esquema criminoso. Sarah Bomfim é delegada titular do 13º Distrito, localizado no bairro Cohatrac, em São Luís.

Fonte: Imirante

Site: <https://www.joeljacintho.com.br/delegada-e-investigador-da-policia-civil-sao-presos-suspeitos-de-favorecer-exploracao-ilegal-de-jogos-de-azar-em-sao-luis/>

Casal de mulheres relata caso de homofobia em bar da Litorânea, em São Luís

Portal Guará

Um casal de mulheres relatou, na última quarta-feira (12), ter sofrido uma situação de **homofobia** por um funcionário do Bar Brisa do Mar, localizado na Av. Litorânea, em São Luís. O desabafo foi feito nas redes sociais da jovem Ranalee Sampaio, que disse ter sido impedida de demonstrar afeto pela namorada por ser um "bar familiar", segundo um empregado.

" Chegamos, fomos atendidas por um funcionário e estava tudo normal. Eu estava demonstrando carinho pela minha namorada, nós demos um selinho apenas, e até que, cinco minutos depois, o funcionário que nos atendeu chega dizendo que era um 'bar familiar', e que se a gente não pudesse demonstrar nada.", contou Ranalee ao Portal Guará.

A jovem diz que não sabe se o pedido do funcionário teria vindo da reclamação de algum cliente ou do próprio estabelecimento, mas notou olhares incomuns direcionados a elas. "Ele pediu para a gente parar caso quisesse ficar ali e, logo em seguida, pedi as contas e fui embora. (.) A gente, com desconforto e tensão horrível. Ele chegou falando 'não acho que é preconceito', mas logo após tentou barrar nossa demonstração, sendo que foi só um selinho", relatou a jovem. Após a denúncia repercutir nas redes sociais, o Bar Brisa do Mar trancou a conta no Instagram.

Procurado pela reportagem, o estabelecimento afirmou, por meio de um dos proprietários: " a palavra **homofobia** é muito forte e as pessoas estão acusando a empresa dessa forma, sem ao menos saber o que de fato aconteceu, (.) sendo que ela mesma te falou que 'foi apenas um selinho' e eu te questionei, tu achas mesmo que foi apenas um selinho?". Contudo, questionado sobre o que havia acontecido, o responsável pelo local se recusou a emitir um posicionamento oficial.

Homofobia

De acordo com o advogado da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB, Igor Farias, o comportamento do funcionário da empresa configura ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, e a redução da discriminação contra a população LGBTQIA+ na sociedade deve se pautar na vedação de práticas discriminatórias e na punição jurídica para

peças que cometem o preconceito. A comissão já entrou em contato com as vítimas e pretende enviar ofício ao bar pedindo esclarecimentos.

"Ir em um espaço público de mãos dadas, trocar beijos e abraços em um restaurante ou em um bar é bem comum e incentivado pela sociedade quando se trata de casais heterossexuais. Porém, quando o assunto se refere a casais homoafetivos, a realidade se mostra completamente diferente. (.) É extremamente comum nos depararmos com flagrantes tratamentos discriminatórios e LGBTfóbicos diante de demonstração de sentimentos entre casais LGBTs", explicou o advogado.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site: <https://luiscardoso.com.br/denuncia-2/2022/01/casal-de-mulheres-relata-caso-de-homofobia-em-bar-da-litoranea-em-sao-luis/>

Casal de mulheres relata caso de homofobia em bar da Litorânea

O Cubo

Um casal de mulheres relatou, na última quarta-feira (12), ter sofrido uma situação de **homofobia** por um funcionário do Bar Brisa do Mar, localizado na Av. Litorânea, em São Luís. O desabafo foi feito nas redes sociais da jovem Ranalee Sampaio, que disse ter sido impedida de demonstrar afeto pela namorada por ser um "bar familiar", segundo um empregado.

"Chegamos, fomos atendidas por um funcionário e estava tudo normal. Eu estava demonstrando carinho pela minha namorada, nós demos um selinho apenas, e até que, cinco minutos depois, o funcionário que nos atendeu chega dizendo que era um 'bar familiar', e que se a gente não pudesse demonstrar nada.", contou Ranalee ao Portal Guará.

A jovem diz que não sabe se o pedido do funcionário teria vindo da reclamação de algum cliente ou do próprio estabelecimento, mas notou olhares incomuns direcionados a elas. "Ele pediu para a gente parar caso quisesse ficar ali e, logo em seguida, pedi as contas e fui embora. (.) A gente, com desconforto e tensão horrível. Ele chegou falando 'não acho que é preconceito', mas logo após tentou barrar nossa demonstração, sendo que foi só um selinho", relatou a jovem. Após a denúncia repercutir nas redes sociais, o Bar Brisa do Mar trancou a conta no Instagram.

Procurado pela reportagem, o estabelecimento afirmou, por meio de um dos proprietários: "a palavra **homofobia** é muito forte e as pessoas estão acusando a empresa dessa forma, sem ao menos saber o que de fato aconteceu, (.) sendo que ela mesma te falou que 'foi apenas um selinho' e eu te questionei, tu achas mesmo que foi apenas um selinho?". Contudo, questionado sobre o que havia acontecido, o responsável pelo local se recusou a emitir um posicionamento oficial.

De acordo com o advogado da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB, Igor Farias, o comportamento do funcionário da empresa configura ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, e a redução da discriminação contra a população LGBTQIA+ na sociedade deve se pautar na vedação de práticas discriminatórias e na punição jurídica para pessoas que cometem o preconceito. A comissão já entrou em contato com as vítimas e pretende enviar

ofício ao bar pedindo esclarecimentos.

"Ir em um espaço público de mãos dadas, trocar beijos e abraços em um restaurante ou em um bar é bem comum e incentivado pela sociedade quando se trata de casais heterossexuais. Porém, quando o assunto se refere a casais homoafetivos, a realidade se mostra completamente diferente. (.) É extremamente comum nos depararmos com flagrantes tratamentos discriminatórios e LGBTfóbicos diante de demonstração de sentimentos entre casais LGBTs", explicou o advogado.

Por Portal Guará.

Leia mais Notícias em ocuboblog.com e nos sigam nas redes sociais: Facebook , Twitter , Telegram , Instagram e Tiktok . Colabore com mais informações nos enviando através do telefone e whatsapp (98) 98506-2064 ou pelo e-mail ocuboblog@gmail.com

Ou mande um pix para ocuboblog@gmail.com

Site: <https://ocuboblog.com/2022/01/17/casal-de-mulheres-relata-caso-de-homofobia-em-bar-da-litoranea/>

Presidente da Câmara Municipal de Santa Inês faz esclarecimento sobre notificações do Ministério Público

Carlos Brasil

O atual presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, Josino Alves Catarino Neto, vai pagar R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para matar barata dentro da casa do povo santa-inesense. A contratação, por dispensa de licitação, da empresa Robson Sullivan Ribeiro Nogueira (Higienizadora Nokaute - CNPJ nº 19.030.953/0001-20), para a prestação do serviço de dedetização e desinfecção da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês.

O **Ministério Público** do Estado do Maranhão, resolve instaurar sob sua presidência, inquérito civil, inicialmente em face de Josino Alves Catarino Neto, atualmente Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, visando averiguar a ocorrência de ilegalidades capazes de ensejar atos de **improbidade administrativa** nos termos da Lei nº 8.429/92 no decorrer da contratação de serviço de dedetização e desinfecção da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Inês, para posterior ajuizamento de **ação civil pública**, celebração de termo de ajustamento de conduta ou arquivamento na forma da lei.

Sobre a notificação, o Presidente da Câmara Municipal de Santa Inês faz esclarecimento.

Tags: **Ministério Público**, Presidente Câmara Municipal, atos de improbidade, dedetização, desinfecção.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/01/17/rota%2050%2017.mp4>

MPMA recomenda medidas de segurança contra Covid-19

Paulo Castro Neto

Devido ao aumento do número de casos de Covid-19 e síndromes gripais, a necessidade de evitar internações e mortes em decorrência das novas variantes Delta e Ômicron, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, emitiu Recomendação, em 6 de janeiro, a todos os prefeitos do Maranhão indicando a adoção de medidas de segurança sanitária.

O **Ministério Público** do Maranhão recomenda o uso obrigatório de máscaras em locais públicos e privados, fechados ou abertos; e a observância do distanciamento de segurança.

Também foi recomendada a proibição de festividades e demais eventos que possam gerar qualquer tipo de aglomeração, a exemplo de vaquejadas, festejos, carnaval e similares, enquanto durar o estado de emergência sanitária decorrente da pandemia.

No documento, Eduardo Nicolau recomendou aos gestores municipais para negarem licenças e autorizações para festividades e demais eventos privados que possam ocasionar qualquer tipo de aglomeração. Além disso, os prefeitos foram orientados a adotar todas as medidas administrativas e judiciais necessárias para impedir a ocorrência de aglomerações e eventos, especialmente no carnaval.

Tags: **Ministério Público**, recomenda, medidas, segurança, Covid-19.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/01/17/tribuna%20popular.mp4>

Eventos estão proibidos para evitar aglomeração

William Júnior

O município de Pindaré-Mirim tem registrado aumento no número de casos ativos de Covid-19. Por conta disso, um novo decreto está vigente na cidade. O uso de máscara volta a ser obrigatório em ambientes fechado e eventos estão temporariamente proibidos para evitar aglomeração. Seguindo recomendações do **Ministério Público** e de Decreto Estadual.

Tags: **Ministério Público**, eventos, proibidos, Covid-19.

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2022/01/17/271895375_1465834613818270_6405465716365123158_n.mp4

Eventos em Carutapera são suspensos após Recomendações do MPMA

André Martins

Atendendo a Recomendações emitidas pelo **Ministério Público** do Maranhão, estão suspensas as atividades presenciais da Festividade de São Sebastião e o Janeirão, tradicionalmente realizados no município de Carutapera. A recomendação nº 1/2022 foi encaminhada, em 10 de janeiro, à Diocese de Zé Doca, à Paróquia de São Sebastião e à Basílica de São Sebastião, em Carutapera. No documento, o **promotor de justiça** Francisco de Assis Maciel Carvalho Júnior orienta para que sejam evitados procissões ou eventos religiosos similares no período de 20 dias. O membro do **Ministério Público** cita como exemplo desses eventos a "cerimônia de levantamento do mastro", que faz parte do Festejo de São Sebastião. Assim como o festejo religioso, o evento Janeirão é tradicional, sendo amplamente divulgado em toda a região. Para o promotor Francisco Carvalho Júnior, esse fato "coloca em risco iminente a população de uma forma geral, considerando o risco (concreto) de aumento de contágio da Covid-19 e gripe". Tags: **Ministério Público**, eventos, suspensos, Carutapera, Covid-19.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/01/17/RDIOEDUCADO>
[RAAM560SOLUSMA-14.52.26-14.54.08-1642448822.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/01/17/RDIOEDUCADO)

Casal de mulheres relata caso de homofobia em bar de São Luís

Ivson Lima

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2022/01/17/RDIOTIMBIRAAM
1290SOLUISMA-15.01.33-15.02.46-1642452699.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2022/01/17/RDIOTIMBIRAAM1290SOLUISMA-15.01.33-15.02.46-1642452699.mp3)**